



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DA AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A**

Pregão Eletrônico nº 010/2022

TRIP LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA–EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.030.637/0001-70, estabelecida na Rua Henrique Silva quadra 18 lote 25 Setor Sul – Santo Antônio de Goiás – GO – CEP 75.375-000, representada pelo sócio Administrador EDGAR GUIMARÃES DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº. 856.992.841-68, portador da Cédula de Identidade Nº. 3.604.801 SSP-GO, residente e domiciliado nesta Capital, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, apresentar, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no Art. 40 da Lei 8666/93, como também ao item 11 e seguintes do referido instrumento convocatório.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Nos termos do item 11 e seguintes do Edital supracitado, esse poderá ser impugnado, se necessário for, no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores a sessão pública.

Assim, levando em conta que a sessão pública objeto deste ato será realizada no dia 05/05/2022, faz-se tempestiva a presente peça impugnatória protocolizada na presente data.

2. DOS ITENS IMPUGNADOS

Essa Agência publicou edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 010/2022, cujo objeto é:

**“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
LOCAÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE EVENTOS QUE
ENLOBEM TRANSPORTE, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E**

DESMONTAGEM, SOB DEMANDA, DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS E MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA AGEHAB, EM CIDADES DO ESTADO DE GOIÁS, COMPREENDENDO: ESTRUTURAS METÁLICAS, AR-CONDICIONADO, PAINEL DE LED, MÓVEIS, BANHEIROS QUÍMICOS E OUTROS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL”.

Devido ao interesse na participação do certame, a Empresa impugnante analisou o presente ato convocatório, de forma rigorosa e minuciosa, encontrando exigências que devem ser urgentemente reparadas, pois possuem cláusulas que impedem a participação de diversas empresas amplamente capacitadas.

Vale ressaltar que esta empresa licitante já atendeu e atende com excelência e comprometimento diversos órgãos e empresas públicas e privadas do Estado de Goiás e de todo o País, portanto, possui plena capacidade técnica e estrutural em atender as necessidades desta Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB.

É imprescindível que os órgãos e autarquias da Administração Pública se atentem ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa no certame, sendo que quanto maior o número de participantes, maiores as chances de se obter a melhor oferta financeira.

Os itens impugnados se referem à exigência de participação de lote único para produtos distintos.

2.1. DESMEMBRAMENTO DO LOTE

No edital é apresentada apenas uma categoria com diversidade de produtos, que outrora era subdividida em vários lotes, como exemplos os pregões da AGEHAB nº 015/2018 (Processo administrativo n.º 2018.0003.100.0395) e nº 013/2020 (Processo administrativo n.º 2020.0003.100.0066), sendo as divisões anteriores a esse Edital realizadas na forma correta, pois todos os itens que constam no presente edital não são fornecidos por apenas uma empresa, por se tratar de objeto de ramos de atividades distintas, visto que há solicitação de cadeiras, bebedouros etc., agregados à disponibilidade de profissionais de montagem, mestre de cerimônia, seguranças, profissionais de limpeza, bem como serviços de som, aparelhagem de palco, ainda *coffee break*, transporte, pontos de energia e outros, produtos e serviços que já estão divididos em categorias por essa Administração entender que são, de fato, itens separados.

Contudo, os valores apresentados são para a categoria inteira. Entretanto não há possibilidade das empresas participarem da licitação visto que são produtos e serviços diversos. Além disso, a empresa que trabalha com evento, por exemplo, não tem a mesma especialidade de uma empresa que fornece climatizadores, ou até mesmo serviços de vigilância e limpeza, dentre outras, de forma que limitará a concorrência.

Assim, é importante que essa Agência proceda o desmembramento das categorias que englobam um lote apenas, por se tratar de objetos muito diversos entre si, e a divisão trará benefícios a essa administração, pois atrairá empresas especializadas em seus ramos de atividades, por conseguinte ampliando a competitividade e menor preço.

Ademais, dificilmente haverá uma única empresa que forneça todos os equipamentos englobados neste lote, já que são incompatíveis, comportando, portanto, plena divisibilidade sem comprometimento ao objeto, muito pelo contrário, a divisibilidade acarretará em benefício para esta Administração, uma vez que evitaria certames fracassados, ou até mesmo desertos, assim, ampliando a participação de empresas, vez que se dedicam a apenas alguns dos serviços, uma vez que especializadas, assim, nítido que a junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote, data vênua, ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta.

Repita-se que não haverá empresa que forneça todos os objetos do lote único da licitação, tendo em vista que a empresa que monta a estrutura de palco é diversa da que fornecerá climatizadores ou até mesmo serviços gerais, por exemplo, pois se tratam de áreas de comércio diversas, existindo, portanto, a necessidade de se desmembrar o lote, o que seria mais viável, pois possuem diversificação, desta forma, possibilitaria a participação de empresas e garantiriam uma prestação de serviço mais adequada, pois contrataria empresas especializadas em cada ramo de comércio e atividades determinadas, garantindo, inclusive, melhor qualidade dos serviços e equipamentos e excelência no atendimento, mantendo o custo e assegurando a ampla concorrência.

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005, in verbis:

“Art. 5º [...] Parágrafo único. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados**, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”. (grifo e negrito nosso)

Diante do exposto, nítido que o julgamento de lote formado por diversidade de serviços e produtos impossibilita um maior número de empresas no certame, vez que

maioria das empresas não conseguirá atender ao lote em sua integralidade pela distinção de finalidades entre os itens lá constantes, sendo mais viável tanto aos licitantes, quanto a Administração, realizar o desmembramento do lote, possibilitando o julgamento por objetos compatíveis, garantindo a ampla concorrência e assegurando a real efetividade do certame licitatório, atendendo assim o princípio da eficiência administrativa, vez que com a respectiva alteração se evitará pregão deserto ou fracassado, além de garantir a economicidade, impedindo prejuízos à Administração Pública.

Ainda, manter o edital da maneira como está seria afrontar o princípio da legalidade, uma vez que a lei garante a participação de qualquer interessado nos certames, ou seja, desde que seja capacitado para prestar o objeto do edital e trabalhe em ramo compatível, possibilitando a participação da licitação sem restrições, assegurando assim o princípio da ampla competitividade, assim, a lei impõe à Administração o dever de, caso necessário, dispor de vários itens ou lotes separadamente, para que essas participações sejam possíveis, servindo, inclusive, como forma de proteção à Administração Pública, conforme estabelece o artigo 23, §1º, da lei 8666/93, abaixo:

“Art. 23 [...] §1º **As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.” (grifo e negrito nosso)

Sobre o assunto, ensina o Renomado Doutrinador Marçal Justen Filho:

“Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, §1º, aplica-se a regra da preferência pelo **fracionamento da contratação**, quando isso for possível e representar vantagem para a administração. **O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa.**” (grifo e negrito nosso)

No mesmo sentido é o posicionamento do Tribunal de Contas da União, veja-se:

“O §1º do art. 23 da Lei nº 8666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica econômica. Nos termos do §2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. **O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade, que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações.** Destarte,

justificação a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado.”

(Acórdão nº 2393/2006, Plenário, rel. Min. Bnejamin Zymer) (grifo e negrito não original)

Vale mencionar ainda que Colendo Tribunal de Contas da União decidiu no sentido de que em sendo o objeto da contratação de natureza divisível, deverá se produzir a licitação por itens, conforme se verifica na jurisprudência referida infra:

“TCU – Decisão 393/94 do Plenário – “firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, **é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes** que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas , devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”. (grifo e negrito nosso)

Ainda nesse sentido, vejamos a Súmula 247 do Tribunal de Constas da União:

“Súmula nº 247 do TCU É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas , devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

O artigo 15 inciso IV da Lei 8666/93 também consagra a possibilidade de divisibilidade em itens/lotes, nos seguintes termos:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...] IV- ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.”

Em suma, esta empresa impugnante – assim como nenhuma outra pode ser impedida de participar em itens que atende plenamente pelo simples fato de não possuir os demais itens autônomos que estão incorporados no lote em questão que faz parte do objeto do certame, sendo que estes nem se quer são compatíveis, haja vista não se referirem ao mesmo ramo de atividade.

Sendo assim, mais do que comprovada a imprescindibilidade do desmembramento do lote único, portanto, a retificação deste ato convocatório para que passe a dispor dos itens de categoria diversa de acesso de forma separada, devido a impertinência entre eles, permitindo assim a ampla concorrência, sendo mais vantajoso inclusive para esta Administração.

Destarte, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido à restrição constante em edital, além de evitar o risco de adquirir serviços e produtos com custo mais alto ou restar o certame prejudicado.

Por fim e última ressalva, nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação” em relação aos editais:

“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar”.

Assim, os fundamentos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores de direito, e principalmente, aos agentes públicos, pois constituem proteção ao interesse público majoritário, razão essa suficiente a proclamar a retificação do ato convocatório, no tocante as exigências que extrapolam os comandos legais.

3. DOS PEDIDOS

Ex positis e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado que as exigências contidas no edital contrariam o direito da Impugnante e também afrontam os princípios pelos quais a Administração Pública deve observar em se tratando de licitação pública, e, tempestiva a presente peça impugnatória, portanto, passível de análise pelo Sr. Pregoeiro, requer-se:

a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pelo Senhor Pregoeiro;



b) Requer, ainda, que os itens supracitados do edital nesta impugnação, passem por alterações, sendo necessária a publicação de nova data para a realização do Pregão, ampliando a participação no certame licitatório.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Santo Antônio de Goiás – GO, 2 de maio de 2022.

EDGAR GUIMARAES  Assinado de forma digital por EDGAR
GUIMARAES DE LIMA:85699284168
DE LIMA:85699284168 Dados: 2022.05.02 14:04:04 -03'00'

TRIP LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA–EPP
CNPJ nº 07.030.637/0001-70
Adm. Edgar Guimarães de Lima